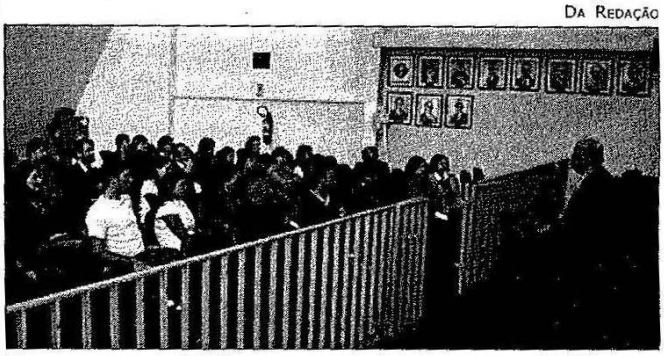
JORNAL DE POÇOS – POÇOS DE CALDAS
31 DE JULHO DE 2010

Reunião no fórum discute caso de crianças e adolescentes em abrigos

DA REDAÇÃO



Representantes de diversas entidades foram convidados pelo juiz Edmundo para debater o assunto e encontrar soluções

Diversos representantes de entidades assistenciais de Poços de Caldas, das secretarias municipais de Promoção Social, Educação, Saúde, além do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, faculdades e universidades se reuniram na tarde de ontem, no salão do tribunal do júri da Comarca de Poços de Caldas, para discutir ações efetivas que resolvam a situação de menores em abrigos.

O convite partiu do juiz Edmundo José Lavinas Jardim. Segundo ele, o encontro vem da necessidade de discutir a questão de crianças que foram, por motivos diversos, retiradas de suas famílias e hoje se encontram em instituições mantidas pelo governo, para saírem de uma situação de risco. "Nós temos que retirar estas crianças dos abrigos. Elas não podem ficar abrigadas permanentemente", explica.

De acordo com ele, o acolhimento dos menores nestes abrigos deve ser revisto a cada semestre e as crianças ou adolescentes não podem permanecer nas instituições por mais de dois anos, a não ser que a permanência seja uma necessidade real da criança.

"Durante a reunião, discutimos como fazer para desabrigar estas crianças, verificar qual é a situação das famílias dessas crianças e o motivo que fez com que elas fossem retiradas do seio familiar, para que consigamos cessar estes efeitos e fazer com que as elas retornem às suas famílias de origem", conta.

Hoje existe no município uma rede de atendimento para o abrigamento, mas que, na visão do juiz, precisa estar voltada para o 'desabrigamento'. Para que isso aconteça, o juiz Edmundo Jardim vê a necessidade de utilizar os organismos municipais e de realizar parcerias coma sociedade civil, para assessorar as famílias e evitar que as crianças tenham que ser retiradas de casa.

Ao final da reunião, foi formado um grupo de trabalho de 10 pessoas, que vão se reunir novamente no dia 11 de agosto para discutir o procedimento e a forma de trabalho. Depois disso, vão acionar as parcerias e, no dia 3 de setembro, uma nova reunião com o juiz vai colocá-lo a par do que foi feito. "Vamos saber se esta reunião surtiu efeito ou não", finaliza.